

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E LETRAMENTO LITERÁRIO: ALGUMAS PONDERAÇÕES A LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

STORY TELLING AND LITERARY LETTERING: SOME WEIGHTINGS IN THE LIGHT OF THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE

CONTAR HISTORIAS Y LETRAS LITERARIAS: ALGUNAS PONDERACIONES A LA LUZ DE LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL

José Rogério da Silva¹

RESUMO: O trabalho apresentado foca no letramento literário. Discutimos a importância da leitura de textos literários para o desenvolvimento humano e cidadão e para a criação do hábito de leitura, já na Educação Básica. Este artigo discute ainda a perspectiva sobre a literatura e o letramento literário presentes/ausentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Propomos, assim, ponderações sobre a importância da escola no processo de letramento literário na inter-relação entre a literatura e a oralidade, pelo viés da contação de história, como estratégia pedagógica para formação de pequenos leitores.

Palavras-chave: Letramento literário. BNCC. Contação de histórias. Ensino – Aprendizagem.

ABSTRACT: The work focuses on literary literacy. We discuss the importance of reading literary texts for human and citizen development and for the creation of the reading habit, already in Basic Education, this article also discusses the perspective on literature and literary literacy present/absent in the National Common Curriculum Base - BNCC. Thus, we propose considerations about the importance of the school in the process of literary literacy in the interrelationship between literature and orality, by the bias of storytelling, as a pedagogical strategy for the formation of small readers.

Keywords: Literary literacy. BNCC. Storytelling. Teaching - Learning.

RESUMEN: El trabajo presentado se centra en la alfabetización literaria. Hablamos de la importancia de la lectura de textos literarios para el desarrollo humano y ciudadano y para la creación del hábito lector, ya en Educación Básica. Este artículo también analiza la perspectiva sobre la literatura y la alfabetización literaria presente / ausente en la Base Curricular Común Nacional - BNCC. Así, proponemos consideraciones sobre la importancia de la escuela en el proceso de alfabetización literaria en la interrelación entre literatura y oralidad, a través del sesgo del storytelling, como estrategia pedagógica para la formación de pequeños lectores.

Palabras clave: Alfabetización literaria. BNCC. Cuentacuentos. Enseñanza - Aprendizaje.

¹ Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional, UCM. Especialista em Gestão da Educação Municipal, UFPB. Licenciado em Pedagogia pela UFPB. Com atuação de técnico educacional em Piancó – PB e Bayeux – PB, foi dirigente municipal de educação de Umbuzeiro – PB. Atualmente professor de educação básica de Areia – PB. E-mail: rogmult@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6259-4823>.

INTRODUÇÃO

Estamos inseridos em uma estrutura social e pedagógica que admite a contribuição da leitura na formação crítica dos sujeitos, encontramos-nos, porém, com um sistema educacional ineficaz no que concerne à promoção de habilidades leitoras, tão necessárias na sociedade contemporânea. Somos um país de poucos leitores e com baixa proficiência em leitura, basta analisarmos os dados e indicadores de avaliações externas que compreendemos a ausência de um trabalho voltado para essa formação.

O artigo é pautado pela premissa que o letramento literário é singular no processo educativo por ir além da simples leitura por prazer, pois “[...] fornece instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem” (COSSON, 2012, p. 30), desenvolver uma inteligência mais crítica e explorar a experiência humana, conferir-lhe sentidos. Visualiza-se aí a necessidade de fomentar a leitura literária na escola, pois “[...] não se educa apenas intelectualmente uma criança, existe também uma educação da sensibilidade, e que será responsável pelo refinamento das relações humanas” (QUEIRÓS, 2012, p. 87).

Acreditando no grande valor da leitura de textos literários para a formação humana, para o desenvolvimento do hábito de leitura de modo a despertar a fruição estética e a proposição de sentido para os textos lidos, este artigo analisa o espaço destinado na Base Nacional Comum Curricular ao texto literário para a etapa do Ensino Fundamental. Para essa discussão, elegemos uma abordagem teórico-crítica que discute o valor da literatura como objeto de apreciação na formação escolar com vistas ao letramento literário.

Abordamos a contação de histórias, como estratégia pedagógica que pode enriquecer as atividades escolares. Uma vez que as narrativas estimulam a criatividade, a imaginação e a oralidade. As histórias aguçam o prazer pela leitura, promovendo o senso crítico, acentuando os valores e conceitos, colaboram na formação da personalidade da criança, propiciam o envolvimento social e afetivo e exploram a cultura e a diversidade.

LETRAMENTO E LETRAMENTO LITERÁRIO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Principiamos nossa reflexão com base no estudo de Zilberman (2009) onde se rememora que, a partir do século XVIII, com a materialização de um público leitor ativo, a escola então entende o valor de a leitura “ocupar o primeiro plano, em detrimento de outras modalidades de percepção e representação da realidade, vindo a funcionar como a porta de entrada do jovem ao universo do conhecimento” (ZILBERMAN, 2009, p.22). Assim, segundo a autora, a leitura e a escrita foram proeminentes como meio necessário para a vida em sociedade.

A autora enfatiza que, apesar disso, até os nossos dias, há muitas lacunas de leitura nas escolas do Brasil, estas, associadas a diversas questões sociais, principiando pelo sistema educacional. Zilberman (2009) explica que a alfabetização e, sequencialmente,

[...] o letramento associam-se ao ato de ler e, sendo esse resultado o produto mais importante da ação da escola nos primeiros anos de formação de uma pessoa, pode representar também a condição de rompimento não apenas do sujeito, mas também da instituição que propicia a aquisição dessa prática (ZILBERMAN, 2009, p. 28).

A autora sugere a leitura da literatura como uma alternativa possível para esse caso, pois “os suportes da literatura são flexíveis e mutáveis, adaptando-se às novas condições” (ZILBERMAN, 2009, p. 29). Nessa mesma direção, vemos que os estudos sobre letramento aceitam uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. A expressão letramento ainda não foi dicionarizada e deriva do termo em inglês literacy, que significa alfabetização, a

competência de ler e escrever, ou melhor, a condição daquele que domina a tecnologia da escrita (SOARES, 1998). Segundo Magda Soares (1998), o termo letramento vem do latim, com origem no prefixo *littera* que significa letra, escrita e o sufixo *mento* dá a ideia de ação ou condição, assim, portanto, letramento alude à ação ou à condição de ser letrado, de se tornar letrado.

Conceitua-se ainda, letramento contemporaneamente “como um conjunto de práticas sociais (que usam a escrita), cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder.” (KLEIMAN, 2008 p. 11).” O conceito do qual Kleiman menciona aponta letramento como um conjunto de práticas sociais, ou seja, uma ação que seja atingida em sociedade, em grupo, mas não qualquer ação, apenas as que envolvem a escrita, como por exemplo; ler um livro, escrever uma carta, assistir a um filme legendado, navegar na internet e tantas outras atividades que hoje fazem da escrita essencial para a interação com o outro. Assim, participar de um acontecimento de letramento é interagir socialmente usando a escrita.

Já o letramento literário, foco da nossa abordagem, segundo Zappone (2008, p. 07) “pode ser compreendido como o conjunto de práticas sociais que usam a escrita literária, compreendida como aquela cuja especificidade maior seria seu traço de ficcionalidade.” Salientamos, que o conceito de letramento literário abarca não somente os textos/obras contemplados pela cultura letrada. As práticas de letramento literário implicam todas as práticas que também envolvem a escrita literária, sempre caracterizados pela ficcionalidade. Tendo isso em vista, podemos vislumbrar que os alunos/leitores estarão inseridos em contextos de letramento literário.

Engajando-se nessa perspectiva, a escola é colocada diante de um grande desafio, o incentivo à leitura e o gosto pelo texto literário, culminando conseqüentemente na formação do hábito de leitura nas crianças. Para tanto Zilberman (2009, p. 30) afirma que a escola deve mudar sua abordagem de ensino, entendendo o significado da leitura “como um procedimento de apropriação da realidade, bem como o sentido do objeto por meio do qual ela se concretiza: a obra literária” .

Por essa via, compreende-se a literatura como uma alternativa de letramento, que para além de alfabetizar o sujeito, os incentiva ao hábito da leitura, pois é bem conveniente e atrativo aprender palavras e significações a partir de um determinado contexto, no lugar de letras e sílabas soltas no quadro. Entende-se então, atualmente, conforme definição de Paulino e Cosson (2009, p. 67), o letramento literário “como o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos”.

Os autores defendem ainda que, a princípio, o letramento literário será sempre um processo constante de transformação, isto é, uma ação contínua. E, em seguida, que este será um aprendizado para toda a vida, não finda na sala de aula, e que se reconstrói e ressignifica a cada leitura; ou seja, revelando o caráter conversacional da leitura, isto é, a cada nova leitura uma nova assimilação de conhecimentos e vivências, pois compreendemos na leitura nossos conhecimentos de mundo e sociedade.

Paulino e Cosson (2009) enfatizam que essas vivências e aquisição de conhecimento do mundo ao seu redor, se passam

[...] tanto no plano individual quanto no social, pois o (re)conhecimento do outro e o movimento de desconstrução/construção do mundo contribuem para compor, convalidar, negociar, desafiar e transformar padrões culturais, comportamentos e identidades à medida que nos levam a viver muitas possibilidades de experiência que só a liberdade de um mundo de palavras pode oferecer (PAULINO e CASSON, 2009, p. 70).

E assim, está posta uma provocação à escola, que mais do que nunca é desafiada a propiciar às crianças uma forma de dar significado ao mundo e a elas mesmas. É por isso que os autores nomeiam o contato com a literatura como fundamental para o desenvolvimento humano e concebem o letramento literário “como o processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (PAULINO e CASSON, 2009, p. 70).

Sob este prisma, cremos que nas escolas ainda há uso insuficiente desse letramento literário, que elas não consideram de fato a leitura literária, a escrita literária, e que os poucos espaços, do currículo escolar, que abordam a leitura são com a finalidade de responder apenas questões de interpretação, as quais não consideram a leitura individual de cada sujeito. Para consolidar o letramento literário no cotidiano escolar, é indispensável o contato direto e costumaz com o texto literário.

LETRAMENTO LITERÁRIO E BNCC: ALGUMAS CONSTATAÇÕES E TANTAS INQUIETAÇÕES

A Base Nacional Curricular Comum é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação / PNE. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 7). Em seu prefácio o então ministro da educação Mendonça Filho, aponta que se “inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo.” (2017, p. 2) – uma afirmação que precisa ser refletida, uma vez que não estão explicitadas quais são as referências em educação no mundo e em que sentido o Brasil pode se inserir nesse conjunto exemplar, tendo em vista sua história e características locais bem como suas condições de promoção de uma educação de fato qualificada.

Ao familiarizar-se com o texto da BNCC, é possível verificar que a proposta dá continuidade ao que já há nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de ??? e na LDBEN (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL) de 1996, logo, não se inicia uma “nova era” na educação do país. Pelo oposto, a BNCC ratifica algumas perspectivas educacionais já conhecidas e cujos resultados, como sabemos, são insuficientes e muito longe de uma educação “qualificada”. Dessa forma, o novo texto, apenas reforça antigas perspectivas de sistematização da educação básica, abandona uma proposição inovadora e que de fato possa espelhar-se em modelos exitosos de países desenvolvidos.

Nessa perspectiva, a “BASE” dá sequência ao projeto educacional dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em diversos aspectos: segmenta o conhecimento em áreas², definindo competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada uma delas e indicando, de forma mais indireta, quais conteúdos são imperativos à formação básica. O documento insiste na ideia de que é preciso haver um currículo comum para “TODOS”, apresentando um “projeto de uma base unificadora e homogeneizadora, sob o argumento de que a qualidade da educação depende desse projeto” (LOPES, 2018, p. 26).

Especificamente na área de Linguagens, um primeiro aspecto que chama atenção no texto da BNCC é a divisão da área em apenas quatro componentes curriculares obrigatórios (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa). Com a presença da língua estrangeira apenas a partir do sexto ano ignora-se que, quanto mais precoce for o contato com

² Digo de nota que os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, para o Ensino Fundamental (anos iniciais), alistam como áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Já as áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

a língua estrangeira, maiores são as oportunidades de aprendizado adequado de uma segunda língua. Todavia, ainda há a regra de que é obrigatório ensinar inglês nas escolas, expectativa que não se observa no que refere à Literatura, ausente na qualidade de componente curricular obrigatório.

A inexistência de Literatura enquanto disciplina obrigatória no Ensino Fundamental também não é uma novidade. Na LDBEN, em meados dos anos 1990, sequer foi mencionada e, portanto, ignota enquanto componente do currículo oficial. Depois duas décadas de LDBEN, nenhum progresso nesse sentido: persiste o desprestígio à formação de leitores de literatura. E essa desvalorização está relacionada à lacuna da literatura como componente curricular, reforçada ainda pelo desprestígio histórico, e ainda crescente no país da leitura literária como algo essencial à formação humana e cidadã.

Isso fica evidente na indicação das competências específicas da área de linguagens, nas quais em nenhuma das seis competências a palavra literatura surge, o que reforça a tese de que a literatura tem valor menor na proposição de documentos como a BNCC:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 63).

Na esfera das competências do componente de Língua Portuguesa, ficam evidentes as orientações para o fazer docente com gêneros textuais, norma padrão, leitura, produção e tratamento das linguagens, etc. Entre as linguagens e gêneros, são mencionados os relativos a práticas sociais associadas a textos multissemióticos e multimidiáticos. Sublinha-se a orientação para, a partir de uma abordagem crítica, “produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 66), argumentando que o contexto contemporâneo não está dissociado a essas práticas digitais que também devem ser inseridas na sala de aula.

O Documento, não dedica uma atenção distinta, como a que é oferecida ao *letramento digital*, a práticas de leitura e de apreciação literária como elemento essencial à formação na área de Linguagens. A menção à leitura literária aparece apenas no trecho alusivo à leitura quando a literatura passa a ser agregada a outras atividades. Ou seja, não há um realce à formação de leitores de literatura como algo essencial na formação cidadã:

O **Eixo Leitura** compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (BRASIL, BNCC, 2017, p. 69).

A BNCC não faz referências claras para a abordagem da literatura e de seus diferentes gêneros, todavia, quanto aos textos digitais, ela, em diversos trechos do documento, traz exemplos do que é recomendado trabalhar nas aulas de Língua Portuguesa, como neste fragmento que observa abordagem sobre reflexão sobre produção e recepção de textos e elenca alguns gêneros textuais: “comentário, carta de leitor, post em rede social, gif, meme, fanfic, vlogs variados, political remix, charge digital, paródias de diferentes tipos, vídeos-minuto, e-zine, fanzine, fanvídeo, vidding, gameplay, walkthrough, detonado, machinima, trailer honesto, playlists” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 71).

Outro aspecto que se faz necessário ressaltar é a falta de fomento à formação de leitores de literatura na BNCC, aptos a reconhecer processos de produção e recepção de textos literários (como se enfatiza para os textos digitais). E quando a temática é abordada, a menção, se faz de maneira muito tímida, veja a referência à literatura na parte de Língua Portuguesa no item “Adesão a práticas de leitura”: “*Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura, textos de divulgação científica e/ou textos jornalísticos que circulam em várias mídias.*” (BRASIL, BNCC, 2017, p. 72). “Mostrar-se interessado” não corresponde à compreensão, análise, avaliação de textos literários e estabelecer relações entre textos literários com outros objetos. Não sugere reconhecimento da peculiaridade da linguagem literária, da estética do texto e da proposição de significado para o que é lido e tampouco para a sentido da leitura para o aluno e para sua compreensão do mundo, ações que recomendariam zelo à educação literária.

Pelo que se vislumbra na BNCC, portanto, é que meramente basta “despertar o interesse pela literatura”, contudo, sem desenvolver a habilidade de leitura crítica de textos literários. Melhor dizendo, não é necessário formar leitores literários, dando à leitura literária um espaço secundário se contraposto com o espaço dedicado aos gêneros textuais digitais, apenas para exemplificar. A BASE ignora a potencialidade do texto literário enquanto objeto capaz de promover pensamento crítico e interesse pela leitura, indo na oposição do que já se concebe há tempos como funções da literatura na formação básica do aluno.

No documento, a terceira menção à literatura surge em uma abordagem rasa dela na educação básica quando destaca a necessidade de articulação da diversidade de objetos, nos quais são citados os textos literários infantis e juvenis em meio a uma proposta de trabalho relativo a culturas:

da consideração da diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas, a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, as culturas juvenis etc., de forma a *garantir ampliação de repertório, além de interação e trato com o diferente.* (BRASIL, BNCC, 2017, p. 73). (grifo do autor).

Assim, a escola se depara com a probabilidade de perda da oportunidade de o aluno conhecer a literatura e identificá-la como indispensável à sua formação não somente como leitor, mas sobretudo como sujeito e cidadão. A gradual diminuição do espaço dedicado à leitura literária nos documentos oficiais que referenciam a educação brasileira, a exemplo da recente BNCC, é um prejuízo à formação humana da criança brasileira e à sua preparação e aquisição

de competências imprescindíveis para a vida em comunidade, como as conexas à habilidade de ler, analisar e interpretar textos, relacionando-os com o mundo interior e exterior.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: ESTRATÉGIA PARA O LETRAMENTO LITERÁRIO

Logo, vemos a necessidade da abordagem da literatura no processo de formação da criança brasileira, ou seja, o letramento literário, que Paulino e Cosson (2009) definiram “[...] como processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos.” (p. 67). Cosson (2014) explica que o letramento literário se trata de um fenômeno dinâmico, que não se encerra em um saber ou prática delimitada a um momento específico, mas a apropriação significaria um modo singular de construir sentidos através do literário em uma comunidade de leitores, e é esse exercício que nos torna humanos.

Nesta perspectiva Abramovich (1997, p. 16) destaca o quão importante é para a “[...] formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias. Escutá-las é o início de aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo [...]”. Assim, cabe ao professor criar estratégias pedagógicas e metodologias para uma práxis significativa do letramento literário.

Assim vislumbramos, na contação de histórias, uma importante contribuição para o processo ensino e aprendizagem, pois ao utilizar-se de diferentes recursos didáticos, como ler as histórias juntos, de formas diversas e representá-las por meio da oralidade, leitura e escrita de textos, desenhos, ilustrações, dramatização com fantoches, histórias em sequências, músicas, o aluno aproxima-se da leitura de forma prazerosa. Visto que,

Sensibilizar consiste em impressionar, envolver, gerar interesses e promover estímulos positivos. É na interação entre o contador de histórias e os leitores iniciantes que no primeiro momento haverá a disposição dos alunos para que estes estejam receptivos à contação de histórias, promovendo-se a empatia entre as partes envolvidas na atividade (GOMES, 2003, p. 79).

Desde os tempos remotos e ainda hoje, a necessidade de dar o sentido à vida, buscar explicações para nossas inquietações, transmitir valores de geração para geração têm sido a motivação do ato de contar, ouvir e recontar histórias.

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real (RODRIGUES, 2005, p. 4).

Por isso, a importância do ato de contar histórias para crianças no espaço escolar, pois elas na maioria das vezes podem possibilitar a compreensão do mundo no qual vivemos. De acordo com Garcia (2003, p. 10):

“Era uma vez...” tem sido a senha para se entrar no maravilhoso mundo dos contos, mitos, lendas e fábulas. Basta que alguém diga essas três palavrinhas mágicas que o encanto acontece, e nós, adultos e crianças, como que hipnotizadas, esperamos que o contador prossiga com sua narrativa. Por que isso acontece? Porque ao ouvirmos uma história temos a possibilidade de refletir sobre a vida, sobre a morte, sobre nossas atitudes e escolhas [...].

A contação de histórias é uma atividade básica que transmite saberes e valores, sua prática é decisiva na formação e no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem da criança.

As crianças que têm contato com histórias desenvolvem a imaginação, a capacidade de discernimento, o senso crítico e a criatividade. Por meio das histórias, as crianças são impelidas a fantasiar, criar, imaginar, tudo isso a partir das ideias lançadas pelo “contador”. Segundo Silveira (2008, p. 30):

Os benefícios de uma contação de histórias são apontados como um importante auxiliar na formação das crianças, na compreensão e assimilação dos significados, assim como o desenvolvimento das práticas leitoras. As crianças que escutam as histórias incorporam uma atitude analítica exemplificada pelo orador, por meio de seus comentários e problematizações durante a contação de histórias, permitindo o desenvolvimento do seu senso crítico. Admitimos, também, que a leitura de histórias em voz alta constitui uma oportunidade favorável ao desenvolvimento do vocabulário, o contexto verbal das histórias, assim como a entonação e o ritmo do leitor, constitui uma fonte rica para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Nesse conjunto, a contação de histórias pode ser entendida como uma maneira de se alcançar o livro, a leitura literária. Quanto atividade por si mesma, essa nunca é vista como satisfatória e, assim, não é valorizada pela escola, a não ser na educação infantil. Além disso não são apreciadas as outras formas de se contar histórias que não sejam a contagem originadas de obras de autores clássicos da literatura infantil, como os casos ou relatos de experiência vivida, os filmes, os raps, etc. Trabalhar na ótica da contagem de histórias a partir desses “letramentos vernaculares” pode ser um elo (ainda em construção) para o letramento literário.

Sendo a escola a mais expressiva fomentadora de letramento, o espaço escolar é o ambiente onde mais se manifesta a leitura de textos literários, o lugar onde se arranjam modos especiais de se ler esses textos, seguindo as pressuposições acadêmicas. Tais abordagens não têm alcançado o seu objetivo já que os alunos do Ensino Fundamental apresentam grandes dificuldades de leitura e interpretação. Se ponderarmos que os alunos que concluem o 5º ano não são capazes de ler e compreender texto³, sendo literários ou os mais diversos gêneros, em algumas situações eles podem ser considerados iletrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer de nossa discussão ficou evidente que a escola é um espaço privilegiado para a formação de leitores, porém o desafio com uma didática que contemple a leitura literária é imenso, em virtude da necessidade urgente em formar leitores críticos e autônomos capazes de apropriar-se dos textos literários e a eles inferir sentidos. Isso nos faz pensar sobre como estamos abordando a leitura literária na escola, qual nossa colaboração efetiva para o letramento literário dos nossos estudantes.

Por certo, o caminho a ser percorrido é um processo árduo e que deve ser construído coletivamente. A escola precisa promover práticas que coloquem o letramento literário em lugar privilegiado, uma vez que é diferente dos outros letramentos, em que direciona ao domínio da palavra a partir dela mesma. Logo a leitura literária “[...] passa a ser o processo de formação de um leitor capaz de dialogar no tempo e no espaço com sua cultura, identificando, adaptando

³ Segundo a última aferição da Prova SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) dos 2.167.360 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental que foram submetidos ao exame, apenas 21% (518.445 alunos) tinham um nível leitura considerado avançado, ou seja, além da expectativa e 35% (836.803 alunos) proficiente ou o aprendizado esperado. Quase a metade do alunado brasileiro não adquiriu a habilidade de ler e interpretar textos.

ou construindo um lugar para si mesmo, um leitor que se reconhece como membro ativo de uma comunidade de leitores” (COSSON, 2012, p. 120).

Como estratégia pedagógica, objetivando o letramento literário, buscamos a contação de história, enquanto atividade potencialmente fomentadora e multifacetada, do ponto de vista das diversas aprendizagens que podem ser proporcionadas. Pudemos compreender que a contação de histórias está intimamente ligada ao incentivo à leitura, ao desenvolvimento, por parte da criança, do gosto pela leitura, de conhecer e se encantar por histórias e conhecimento. Nesse sentido, a prática da contação de história é uma forte aliada para o letramento literário e conseqüentemente para formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece **as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998, p. 69-70.
- COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- _____. **Letramento Literário: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo, SP. Contexto, 2012.
- GARCIA, W. Et al. **Histórias e oficinas pedagógicas**. 2.ed. (Série Baú do contador de história, v. 5). Belo Horizonte: Fapi, 2003.
- GOMES, A. **A voz que vem de longe: o contador de histórias na formação do leitor**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003.
- KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LOPES, Alice Casemiro. Apostando na construção de currículo. In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p. 23-27.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: RÖSING, Tânia M.K; ZILBERNAM, Regina (orgs.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

QUEIROS, Bartolomeu Campos de. **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005.

SILVEIRA, B. F. Contação de histórias na sala de aula: um poder mágico! **Revista Prolíngua**, v. 2. n. 2. p. 34-39, 2008.

SOARES, Magda. O que é letramento e alfabetização. In _____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ZAPPONE, Mirian H. Y. Modelos de letramento literário e ensino da literatura: problemas e perspectivas. **Revista Teoria e Prática da Educação**. v. 11, n. 1, p. 46-60, jan/abr. 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A escola e a leitura de literatura**. In: RÖSING, Tânia M.K; ZILBERNAM, Regina (orgs.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.